



Tanqueiros de Minas em estado de greve pela redução do ICMS do diesel

Após apoiar a greve dos caminhoneiros, que parou o Brasil em maio, numa demonstração da força dos transportadores de cargas, os tanqueiros de Minas Gerais estão em estado de greve pela redução do ICMS do diesel. Para o Sindtaque, a medida, antiga reivindicação do setor, é questão de sobrevivência diante da concorrência com transportadores dos estados vizinhos. **PÁGINA 2**

Definição sobre a nova tabela do frete para os transportadores pode ficar para o final de agosto

PÁGINA 3

Venda de etanol diretamente aos postos de combustíveis pode criar caos no setor de transporte

PÁGINA 4

Redução do ICMS do diesel é questão de sobrevivência para transportadores de Minas

Os transportadores de combustíveis e de derivados de petróleo de Minas Gerais estão em estado de greve, desde o dia 7 de junho, pela redução do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do diesel. Os tanqueiros reivindicam a diminuição da atual alíquota (15%) para 12%, conforme medida adotada esta semana pelo governo do Rio de Janeiro e que também já é praticada no estado de São Paulo.

Para tratar do assunto, no dia 20 de junho a diretoria do Sindtaque se reuniu com representantes do governo estadual, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. Na oportunidade, o presidente do Sindtaque, Irani Gomes, cobrou um posicionamento urgente do governo, mas nenhuma medida concreta foi



anunciada.

Desde dezembro de 2011, o Sindtaque vem negociando a redução do ICMS do diesel com o governo de Minas. Na época, o governo estadual aumentou a alíquota de 12% para os atuais 15%, prejudicando enormemente os transportadores, pois o diesel corresponde a mais de 55% do custo do frete.

Em dezembro de 2017, com muito empenho na mesa de nego-

ciações e pressão dos tanqueiros, o governo mineiro manteve a alíquota do ICMS do diesel em 15%, mas aumentou a da gasolina, que passou de 29% para 31%.

Questão de sobrevivência

Para o presidente do Sindtanque, Irani Gomes, a equiparação do ICMS do diesel em Minas com os estados vizinhos é questão de sobrevivência para os

transportadores de combustíveis e de derivados de petróleo que atuam no estado.

“Se o ICMS do diesel aqui não for equiparado, simplesmente teremos uma verdadeira fuga de clientes, que optarão em contratar empresas de fora para fazer o transporte, uma vez que o combustível nos estados vizinhos custará mais barato. Por isso, o governo estadual precisa fazer essa adequação o quanto antes, para evitar uma quebradeira no setor e, conseqüentemente, o fechamento de inúmeros postos de trabalho em nosso estado”, alerta.

Para Irani, o governo federal e a Petrobras deram um passo adiante para minimizar os prejuízos dos transportadores. Agora, cabe ao governo estadual fazer sua parte.

Câmara aprova Marco Regulatório do transporte de cargas

A Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 20, o novo marco regulatório do transporte de cargas no Brasil. O projeto prevê a criação de um plano nacional de renovação de frota de caminhões, com financiamentos em condições diferenciadas, como juros menores e prazos mais

longos e a redução das alíquotas de PIS/Cofins e IPI sobre os caminhões novos a zero.

O texto retira o valor dos pedágios da base de cálculo do PIS/Cofins e isenta o valor pago em vale-pedágio de qualquer incidência de tributo. Há ainda a possibilidade de as empresas usarem o

valor pago em pedágios para abater Imposto de Renda.

O projeto também converte multas emitidas pela ANTT até a data da publicação da lei em advertências. Na avaliação de consultores, esse artigo pode gerar cobrança dos caminhoneiros à União para que sejam res-

tituídos valores de multas já pagos.

Sem impacto fiscal, o projeto ainda amplia a pontuação máxima na carteira de motorista dos caminhoneiros de 20 para 40 pontos – exceto quando houver infrações graves ou gravíssimas. A proposta segue para o Senado.

Definição sobre a nova tabela do frete pode ficar para o final do mês de agosto

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux suspendeu todos os processos judiciais, individuais e coletivos que tratam da Medida Provisória que estabeleceu o preço mínimo obrigatório para o frete no país e tramitam nas instâncias inferiores.

A MP foi editada após acordo do governo com os caminhoneiros para que a paralisação, que durou 11 dias em maio, fosse encerrada.

De acordo com Fux, há a necessidade de “prover solução jurídica uniforme e estável” sobre a MP, de 30 de maio. “Revela-se neces-

sário sustar o andamento de ações judiciais em curso nas instâncias inferiores, as quais podem gerar comandos conflitantes sobre a controvérsia posta na presente Ação Direta”, disse o relator.

Em audiência de conciliação realizada no último dia 20, no STF, o ministro concedeu o prazo de uma semana para que caminhoneiros e empresas cheguem a um acordo sobre a tabela dos preços mínimos para o frete rodoviário. Caso isso não ocorra, Luiz Fux poderá decidir, de forma liminar, se essa medida é ou não cons-

titucional. Uma decisão definitiva do Judiciário sobre o assunto, porém, só virá depois de uma audiência pública com técnicos, marcada para o dia 27 de agosto.

A próxima reunião, quando é esperado que seja apresentada uma tabela de consenso, ficou marcada para o dia 28 de junho. Até lá, todos os processos que questionam a constitucionalidade do tabelamento ficam com sua tramitação suspensa. Os caminhoneiros concordaram em não fazer paralisações no período e as entidades patronais se propuseram a dialogar.

Tabela deve levar em conta demandas do transporte de combustíveis



No dia 30 de maio, o presidente do Sindtaque, Irani Gomes, se reuniu com o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, em Brasília, para tratar das demandas do setor de transporte

A diretoria do Sindtaque recebeu com bons olhos a tabela do frete proposta pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O presidente do Sindtaque, Irani Gomes,

ressalta, entretanto, que o setor de transporte de combustíveis e de derivados de petróleo merece uma maior atenção, por se tratar de um transporte com muitas especificidades. “O transporte de car-

gas perigosas depende de muitas licenças operacionais e ambientais, capacitações, aferições e implementos caros. Também não temos frete retorno, por exemplo. Por isso, a tabela do frete tem que levar em conta essas questões para que consigamos cobrir esses custos”, explica.

Para tratar das demandas do setor, no dia 30 de maio Irani se reuniu com o ministro da Secretaria de Governo Carlos Marun, em Brasília. Também participaram da audiência representantes dos transportadores de combustíveis e de derivados de petróleo de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.



Mobilização é a saída para barrar venda de etanol das usinas diretamente aos postos

O Senado aprovou, no último dia 19, o projeto que libera a venda direta de etanol das usinas aos postos de combustíveis, contrariando a pressão de boa parte das entidades do setor de açúcar e etanol da região Sudeste.

O texto, aprovado por 47 votos a dois, criticado por representantes dos postos, distribuidoras e da maior parte das usinas do Sudeste do país - produtores das regiões Norte e Nordeste são favoráveis - segue agora para análise na Câmara dos Deputados.

O projeto de decreto legislativo acaba com o efeito de uma norma instituída pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 2009, que impede a comercialização direta do produto. O



Para o Sindtaque venda direta aos postos poderá causar um caos no setor de transporte de combustíveis

etanol deve ser vendido pelos produtores às distribuidoras, que, por sua vez, comercializam com os postos.

Se aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente Michel Temer (MDB), as distribuidoras não deixarão de existir na cadeia de abastecimento do etanol, mas

passarão a ser empresas opcionais na cadeia de abastecimento do setor.

Para o presidente do Sindtaque, Irani Gomes, se a medida entrar em vigor, um verdadeiro caos poderá ocorrer no setor de transporte de combustíveis e de derivados de petróleo.

“Onde coloca-

remos os bitrens que transportam o etanol das usinas para as distribuidoras? Onde vamos empregar os milhares de motoristas e pais de famílias que perderão seus empregos imediatamente com essa medida?”, questiona.

Para ele, os transportadores não podem aceitar essa situação, imposta sem qualquer diálogo com o setor. “É preciso barrar essa política corrupta desse governo que não tem entendimento algum sobre transporte e nenhuma sabedoria. Por isso, conclamo a todos os transportadores de combustíveis e de derivados de petróleo de Minas e do país para uma mobilização geral contra esse projeto”, disse o presidente do Sindtaque.



oferece descontos e benefícios a associados do Sindtaque

NOSSOS SERVIÇOS

- Pneus novos
- Reforma de pneus
- Alinhamento
- Balancamento
- Montagem de Pneus
- Caster e Camber
- Serviços de Mola
- Embuchamento
- Serviços de Direção
- Suspensão em Geral
- Completo Serviço de Freios
- Desempeno de Eixo




www.pneusola.com.br

Belo Horizonte: Rua Viana do Castelo, nº 1.111, São Francisco. Tel.: (31) 3311-7766.
 Betim: Rodovia Fernão Dias (BR 381), Km 424,5. Tel.: (31) 3311-7747.
 Congonhas: Rodovia BR 040, Km 606,5, Campos das Flores. Tel.: (31) 3311-7763.
 Contagem: Rodovia BR 040, nº 6.595. Tel.: (31) 3311-7788.





RODRIGO BRAVIM
Sociedade de Advogados

Av. Raja Gabáglia, 3502
Sala 303 - Cep: 30494-310
Bairro Santa Lúcia
Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3370-0614

**DIVULGUE SEU PRODUTO
OU SERVIÇO AQUI E
FAÇA BONS NEGÓCIOS!**

(31) 3591-6755
(31) 3511-0807

